

MARCELO FITZ

**O PAPEL DO ESTADO NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJovem  
CAMPO – SABERES DA TERRA NO VALE DO RIBEIRA  
PARANAENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
à banca do Curso de Especialização em  
Educação do Campo da Universidade Federal  
do Paraná. Como requisito parcial para  
obtenção do grau de especialista.

**Profº Orientador:** Marcos Gehrke.

MATINHOS

2011

## O PAPEL DO ESTADO NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJovem CAMPO- SABERES DA TERRA NO VALE DO RIBEIRA PARANAENSE

Marcelo Fitz<sup>1</sup>  
Marcos Gehrke<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente estudo busca demonstrar os avanços ocorridos na Educação do Campo nas últimas décadas, destacando de que maneira ela está estruturada no Estado do Paraná e no Brasil e, sobretudo destaca que tais conquistas somente foram de fato concretizadas devido à luta dos mais diferentes grupos sociais espalhados por todo o território nacional. Toma como referência dois documentos oficiais, o primeiro o *Projeto Político Pedagógico, ProJovem Campo, Saberes da Terra*, do Ministério da Educação e o segundo, *Diretrizes Curriculares da Educação do Campo*, da Secretaria de Educação do Paraná. Com isto, se busca entender de que maneira ocorreu a divulgação do Programa Projovem Campo Saberes da Terra pelo estado do Paraná, mas em especial nos municípios de Doutor Ulisses e Cerro Azul que pertencem à região do Vale do Ribeira Paranaense. Objetiva saber o que levou tais cidades, que possuem a característica de serem agrícolas, a não fornecerem o Projovem para suas comunidades. Como conclusão, tem-se que o programa necessita ser melhor divulgado pelos órgãos públicos competentes para que realmente se concretize onde ele é necessário, e posteriormente assumido pelas escolas e localidades que mais se beneficiariam com esta proposta de ensino.

**Palavras- chaves:** Projovem Campo, Educação no campo, Vale do Ribeira paranaense, Gestão.

<sup>1</sup>Marcelo Fitz, graduado em História, Licenciatura e Bacharelado, pelo Centro Universitário Campos de Andrade, 2005. Coordenador do Projovem Campo Saberes da Terra, no município de Itaperuçu, Paraná. E cursando Pós-Graduação na UFPR – Setor Litoral, 2011.

<sup>2</sup>Doutorando em Educação. Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba 2011. Mestre em Educação. Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2010. Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento. Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2005. Especialização em Educação de Jovens e Adultos. Faculdade de Ciências Sociais de Francisco Beltrão FACIBEL e Instituto Brasileiro de Pós – Graduação - IBPEX. Francisco Beltrão – PR, 1998. Graduação em Pedagogia. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Três Passos – RS, 1996. Orientador do Curso de Especialização em Educação do Campo, UFPR Litoral.

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi fundamental para se ampliar o conhecimento de como a educação do campo foi historicamente se constituindo no Brasil. Afinal, o campo neste país sempre foi desconsiderado. A reforma agrária até os dias atuais sofre as mais duras críticas de muitos setores da sociedade, bem como, são vistas com preconceitos as organizações que buscam a dignidade de quem vive no ambiente rural. Notícias de perseguições e assassinatos a líderes do campo ainda são comuns no Brasil. E nos últimos anos, com a crescente urbanização do país, parece que o campo ficou ainda mais esquecido.

Ao contrário, o mundo pede que o Brasil cresça na produção de alimentos, para que assim possa atender a demanda da crescente população. Nosso país, portanto, tem um papel fundamental no cenário mundial quando se trata do tema agricultura. Somos uns dos celeiros mundiais. Mas para que isto se fortaleça o investimento público no campo é fundamental.

Mas, seria ainda possível uma política nacional que valorizasse àqueles que “persistem” em viver da agricultura? Como conciliar a contradição histórica brasileira de se desprestigiar o campo e ao mesmo tempo em que o mundo necessita cada vez mais dos alimentos aqui produzidos? Ou como não apenas privilegiar grandes empresários do agronegócio e latifundiários, mas também valorizar o pequeno agricultor?

O *ProJovem Campo*, afinal, é uma política educacional nacional que busca reconhecer as necessidades próprias dos sujeitos do campo, na diversidade e na realidade diferenciada em que vivem. Um programa que através da educação formal, valoriza os conhecimentos próprios da agricultura, e busca acrescentar aos que dela participam conteúdos adequados para uma formação integrada à

qualificação social e profissional. E isto oferecido aos pequenos produtores, a seus filhos e filhas, com a lógica própria de quem vive sob o ciclo da natureza.

Consideramos isto um avanço que o Brasil conseguiu nos últimos anos. Mas como fazer para que este programa se difunda ainda mais, e atenda realmente todo o universo de agricultores que o existem no Brasil? Os estados brasileiros estão fazendo sua parte na divulgação e ampliação deste programa federal? Como o Paraná, um estado que possui boa parte de sua riqueza proveniente da agricultura, avançou na educação do campo?

Estas questões norteiam um pouco a discussão a seguir, com o objetivo de se ampliar o conhecimento sobre a educação do campo e ao mesmo tempo, entender a lógica própria de sua implementação, em especial no estado do Paraná, em uma de suas regiões específicas, denominada de Vale do Ribeira paranaense.

## **HISTÓRICO: VALE DO RIBEIRA PARANAENSE E A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO NO CAMPO**

A região do Vale do Ribeira hoje é composta por sete municípios: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Doutor Ulysses, Cerro Azul, Tunas do Paraná, Itaperuçu e Rio Branco do Sul. O número de indústrias nesta região é quase nulo, com exceção de Rio Branco do Sul que possui uma das maiores indústrias de cimento do Brasil, mas que não tem reflexo na situação social destes municípios. Os empregos gerados não são muitos, fazendo com que os moradores da sede tenham de trabalhar ou em Curitiba, ou em cargos públicos municipais ou estaduais, além do comércio e serviço local. Boa parte desta população é pertencente a agricultura, ao campo.

Em linhas gerais, esta é uma região que ficou isolada, com poucas vias de acesso. É uma região de baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), e conseqüentemente, um grande número de famílias recebe os benefícios do Governo

Federal, como o Bolsa Família. Outro problema é o alto fluxo migratório, para buscar melhores condições de vida em Curitiba.

Em 2002, a SEAB (Secretaria de Agricultura e de Abastecimento) em convênio com a EMATER-PR e estes municípios, através do programa Paraná 12 meses<sup>3</sup>, lançaram a *Agência* de Desenvolvimento da Mesorregião do Vale do Ribeira e Guaraqueçaba, com a primeira reunião realizada em um Fórum Regional em Adrianópolis, visando, sobretudo buscar maneiras de enfrentar e atenuar os vários problemas enfrentados pela região.

Das reivindicações elaboradas e enviadas por esta *Agência* nota-se que as comunidades querem permanecer em suas localidades, buscando implementar maneiras de reverter o êxodo rural e a realidade de pobreza nela existente, seja explorando o grande potencial do ecoturismo, seja agregando valor aos produtos provenientes da agricultura familiar, ou seja, os envolvidos na elaboração do projeto querem permanecer em suas localidades de origem.

E foi para dar opção as mais diferentes localidades do Brasil que apresentam a mesma realidade do Vale do Ribeira que foi apresentado pelo Governo Federal o programa *ProJovem Campo Saberes da Terra*, no ano de 2008, o qual veremos melhor a seguir.

Tal programa deveria atender prioritariamente os *Territórios da Cidadania*<sup>4</sup>. “O Território da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia”. E ainda, “o Território da Cidadania Vale do

<sup>3</sup> Paraná 12 meses é um projeto do governo do estado do Paraná em parceria com o Banco Mundial, com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições sociais dos pequenos agricultores, proporcionando investimentos em habitação e saneamento básico, recuperação e preservação do solo agrícola e do meio ambiente como um todo. E ainda, geração de postos de trabalho no meio rural, aumento da renda familiar e regularidade de ganhos durante os 12 meses do ano.

<sup>4</sup> *Territórios da Cidadania*: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>. Acesso em 20/maio/2011.

Ribeira - PR abrange uma área de 6.079,30 Km<sup>2</sup>. A população total do território é de 99.319 habitantes, dos quais 44.416 vivem na área rural, o que corresponde a 44,72% do total. Possui 5.596 agricultores familiares, nenhuma família assentada e 12 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,69<sup>5</sup>. E por fim, o *site* traz os investimentos nesta região. “No território Vale do Ribeira foram previstas para o ano de 2010 um total de 45 Ações com a atuação de 10 ministérios que integram o Programa Territórios da Cidadania, com valor previsto de R\$ 77.584.813,60. Até 31 de Dezembro de 2010, este Portal recebeu informações sobre a execução de 45 ações. Para estas ações informadas o valor previsto para este território é de 77.452.033,60<sup>5</sup>.

Portanto, nesta região paranaense, quase 50% de sua população vive nas áreas rurais. Um programa educacional específico para a educação do campo seria fundamental para o desenvolvimento destas localidades, valorizando quem necessita de um saber específico e próprio, sem perder os conteúdos próprios da educação formal.

No próximo item vamos analisar como o *ProJovem Campo, Saberes da Terra* é um programa inteiramente voltado a quem vive do campo. Um programa, que acreditamos, ser um avanço para os jovens que vivem na área rural brasileira, por estar voltado a sua realidade específica.

## **PROJOVEM CAMPO, SABERES DA TERRA E SEU PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

É fundamental que o Governo Federal e demais instâncias governamentais, como os Governos estadual e municipal, priorizem e invistam na Educação do Campo através de políticas públicas específicas. Isto é uma forma

---

<sup>5</sup>Fonte: [http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/valedoribeirapr/one-community?page\\_num=0](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/valedoribeirapr/one-community?page_num=0). Acesso em 20/maio/2011.

eficiente de avançar na qualidade de vida e de melhoria da educação formal dos jovens que moram no Campo.

Neste sentido, nesta primeira parte iremos apresentar os pontos principais do Caderno *Projeto Político-Pedagógico, ProJovem Campo – Saberes da Terra* (BRASIL, 2010) que aponta diretrizes pedagógicas e curriculares importantes para que um trabalho diferenciado possa ser realizado de valorização dos agricultores e demais trabalhadores não urbanos. Talvez este seja um dos documentos sínteses de toda uma história de lutas e conquistas dos povos camponeses em sua diversidade na busca de consolidar um texto que expressasse os objetivos próprios da Educação no Campo.

Outro texto a ser analisado são as Diretrizes Curriculares da Rede Pública do Estado do Paraná, em seu Caderno sobre *Educação do Campo* (PARANÁ, 2010). As Diretrizes também trazem o que se deve trabalhar nesta modalidade de ensino. E assim poderemos comparar as duas propostas de ações governamentais sobre a Educação do Campo.

A prioridade do Governo Federal na construção de uma política educacional voltada ao tema é expressa já no início de seu Caderno:

A construção de uma política educacional que reconheça as necessidades próprias dos sujeitos, a diversidade e a realidade diferenciada do campo, aliada à construção de uma política nacional de juventude em que os jovens do campo são reconhecidos como sujeitos de direitos constitui-se na prioridade do atual Governo Federal (BRASIL, 2010, p.14).

Historicamente sabemos que a educação do campo nunca foi prioridade para o governo brasileiro e suas instâncias estaduais. Foi somente na década de 1990, com uma sociedade mais democrática e plural, que foi possível, que Conferências como a da Educação do Campo de 1998, pudessem influenciar políticas nacionais, como na nova LDB n. 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) em que aos poucos, felizmente, foram emergindo sinais de inserção da

educação do campo na agenda política. Isto não se nega todas as atitudes de movimentos sociais e associações em prol da educação do campo durante toda a história brasileira se travou pela reforma agrária, pela dignidade dos camponeses brasileiros, de suas revoltas etc. Mas, institucionalmente, apenas no final do século XX que sinais concretos de avanços na legislação podem ser percebidos.

Em 2010, como exemplo, temos documentos específicos, concretos e práticos para a valorização da Educação do Campo, elaborados pelo governo federal e, para o caso paranaense, um caderno próprio para a Educação do Campo, como veremos a seguir. Apesar disto, acredita-se ser importante formar bases legais e teóricas para que os ainda jovens agricultores e moradores do campo, em especial na faixa de 18 a 29 anos, que são cerca de 6 milhões de jovens para esta modalidade no Brasil, possam ter uma educação específica para sua realidade social.

Mas quem é o “povo do campo”? No PPP ProJovem Campo, Educação da Terra, entende-se por povos do campo, os “agricultores familiares, assalariados, assentados ou em processo de assentamento, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, entre outros povos que lutam pela afirmação dos seus direitos do campo” (BRASIL, 2010, p.14). Nas diretrizes do Governo do Paraná, “a identidade dos povos do campo comporta categorias sociais como posseiros, bóias-frias, ribeirinhos, ilhéus, atingidos por barragens, assentados, acampados, arrendatários, pequenos proprietários ou colonos ou sitiantes, caboclos dos faxinais, comunidades negras rurais, quilombolas e, também, as etnias indígenas” (PARANÁ, 2010, p.24-25).

Educação do Campo se refere a um grupo amplo e diverso, mas que possuem em comum um jeito peculiar de se relacionarem com a natureza, com a terra, com as atividades produtivas, com a família e comunidade. Roseli Salete CALDART (2009, p.153) destaca que o campo tem realmente diferentes sujeitos, há ainda diferenças de gênero, de etnia, de religião, de geração, com diferentes jeitos

de produzir e de viver, diferentes modos de olhar o mundo, de conhecer a realidade e de absorver os problemas. Mas estas diferenças não apagam uma identidade comum: “somos um só povo; somos a parte do povo brasileiro que vive no campo e que historicamente tem sido vítima da opressão e da discriminação, que é econômica, política, cultural”.

Frente a esta diversidade e realidade histórica, o que os documentos oficiais propõem de forma concreta para a Educação do Campo?

Qual a finalidade do Projeto Político-Pedagógico do *ProJovem Campo*?

O *ProJovem Campo – Saberes da Terra* tem como finalidade proporcionar formação integral ao jovem do campo por meio de elevação de escolaridade, tendo em vista a conclusão do Ensino Fundamental com qualificação social e profissional e potencializar a ação dos jovens agricultores para o desenvolvimento sustentável e solidário de seus núcleos familiares e suas comunidades por meio de atividades curriculares e pedagógicas, em conformidade com o que estabelecem as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução CNE/CEB Nº 1 de 03/04/2002” (BRASIL, 2010, p.16).

Portanto, é proposta uma educação diferenciada aos moradores do campo, diferente principalmente daquela que é ministrada em escolas urbanas. É a busca por “potencializar a ação dos jovens agricultores para o desenvolvimento sustentável e solidário” com um currículo e pedagogia própria.

E o que fala as Diretrizes Curriculares do Paraná sobre a Educação do Campo?

O documento apresenta algumas características que esta modalidade de ensino deve possuir: uma concepção de mundo em que o ser humano é sujeito da história, e as pessoas do campo não são atrasadas e submissas, mas possuem um jeito de ser peculiar; uma concepção de escola que valorize a apropriação de conhecimentos científicos construídos historicamente pela humanidade; uma concepção de conteúdos e metodologias de ensino na qual os conteúdos escolares

são selecionados a partir do significado que têm para determinada comunidade escolar; e uma concepção de avaliação como processo contínuo e realizado em função dos objetivos propostos para cada momento pedagógico.

Chegar a este nível de decisão, de buscar uma metodologia diferenciada para a Educação do Campo, demonstra toda uma grande luta dos Movimentos Sociais, das Associações que durante décadas tentaram e fizeram a Educação do Campo acontecer. Mas eram limitadas por serem localizadas. Agora documentos oficiais apontam metas a serem cumpridas e como elas devem acontecer.

O texto de Roseli Salete Caldart é exemplo desta reflexão sobre o processo de busca por acontecer políticas públicas específicas para a Educação do Campo. Quando diz que “a nossa luta é no campo das políticas públicas, porque esta é a única maneira de universalizarmos o acesso de todo o povo à educação” (CALDART, 2009, p.150).

Como exemplo, o Programa *ProJovem Campo – Saberes da Terra* tem como meta atender, então, 275 mil jovens agricultores familiares entre 2008 a 2011 (BRASIL, 2010, p.17). Um Programa que se caracteriza por uma “pedagogia que vincula educação e trabalho a um paradigma de educação e sociedade cujo objetivo é construir uma nova dimensão de desenvolvimento do campo”. Mas, isto ainda é pouco, perto dos 6 milhões de jovens que existem no Campo. E isto tudo se justifica, pois os cerca de 30 milhões de brasileiros que vivem no campo se encontram em franca desvantagem aos que vivem nas cidades, “tanto em termos de capital físico (recursos financeiros), quanto de capital sociocultural (escolaridade e frequência à escola, entre outros elementos)” (BRASIL, 2010, p.24). É neste sentido que um Programa voltado a esta população e a estes jovens específicos minimizaria esta desigualdade social e ainda proporcionariam novas e boas perspectivas a estes brasileiros. Da mesma forma, o Caderno *Educação do Campo* do Paraná, quer atingir de forma específica todos os seus alunos de realidade rural.

E está na Agricultura Familiar o fundamento de um fazer pedagógico, do currículo e da metodologia do Programa *ProJovem Campo – Saberes da Terra*. E este Programa está centrado

na formação de jovens agricultores com vistas à construção de um novo projeto de educação e sociedade campesina. O processo de escolarização e qualificação social e profissional tem na Agricultura Familiar um paradigma de educação voltado para o aprendizado de conceitos, princípios e fazeres necessários à construção de um país que tenha satisfatória qualidade de vida, educação e trabalho para os povos do campo (BRASIL, 2010, p.27).

Objetivo Geral do Programa *ProJovem Campo – Saberes da Terra* é:

Desenvolver políticas públicas de Educação do Campo e de Juventude que oportunizem a jovens agricultores(as) familiares excluídos do sistema formal de ensino a escolarização em Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, integrado à qualificação social e profissional (Ibidem, p.29).

Frente a estes aspectos gerais, os dois documentos oficiais então apresentam algo que consideramos radical e fundamental para esta modalidade de ensino, que são os Eixos Temáticos, ou o que ensinar na Educação do Campo.

O Caderno *Projeto Político-Pedagógico, ProJovem Campo – Saberes da Terra*, justifica a importância de Eixos Temáticos próprios e diferenciados para a Educação do Campo. Após apresentarem historicamente os aspectos legais que permitem hoje que a Educação do Campo tenha sua especificidade e faça acontecer uma educação própria para quem mora na zona rural e de dizer que o campo é um espaço que mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas que o diferenciam de qualquer espaço social e produtivo, e que, portanto, a Educação no Campo tem uma identidade própria que deve ser respeitada e a partir dela, se construir oportunidades de valorização daquilo que já se vive e daquilo que se quer conquistar, mas que infelizmente tem de atender Jovens e Adultos que não conseguiram ter a educação formal adequada devido as dificuldades de acesso à

instituição escolar, e que visa principalmente manter esta população no campo dando-lhes condições de melhoria de trabalho e de elevação da escolaridade, com conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade, ou desenvolvimento rural sustentável, em economia solidária, com qualificação social e profissional, propõe princípios político-pedagógicos próprios:

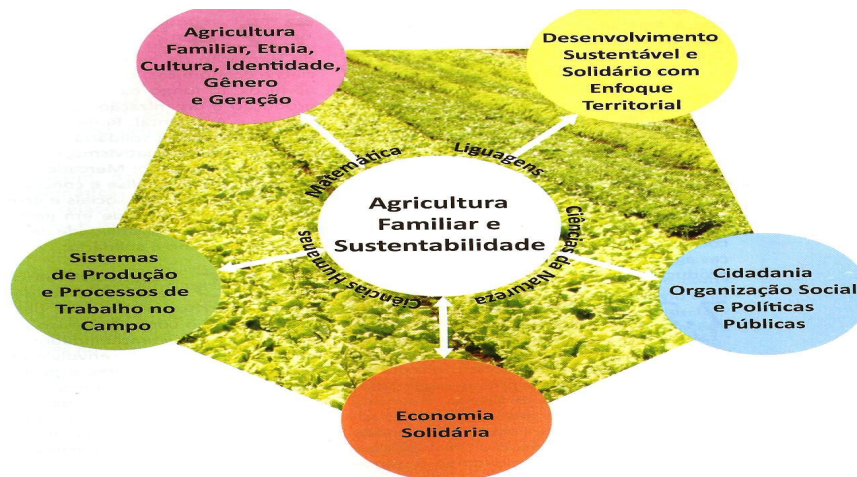
A escola formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana; A valorização dos diferentes saberes no processo educativo; A compreensão dos tempos e espaços de formação dos sujeitos educativos; A escola vinculada à realidade dos sujeitos; A educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável; A autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino; O trabalho como princípio educativo; A pesquisa como princípio educativo (BRASIL, 2010, p.45-47)

Diante deste quadro, definiu-se um currículo, que não depende do currículo do que se ensina nas escolas em geral. Mas um currículo integrado que requer:

Um projeto pedagógico que tenha como eixos gerais articuladores os temas do trabalho e da cidadania, para propiciar aos educando(as) uma articulação virtuosa entre sua inserção no mundo do trabalho e sua participação social e política;

Uma construção curricular que envolva as dimensões técnico-científica, sociopolítica, metodológica e ético cultural (BRASIL, 2010, p.50).

A Estrutura do Currículo seria:



**Figura 1.** Estrutura do Currículo (BRASIL, 2010, p.51).

Na figura acima, temos que os círculos são os Eixos Temáticos, na qual os conhecimentos disciplinares serviriam para aprimorar os objetivos de cada eixo deste currículo.

Os Eixos Temáticos agregam conhecimentos da formação profissional e das áreas de conhecimento para a elevação da escolaridade. Objetivam a formação de jovens agricultores que se apropriem dos conhecimentos humanos e que compreendam a tecnologia, as ciências e a cultura como partes de uma única realidade, criada pela capacidade do ser humano pensar e atuar sobre o mundo, pela sua capacidade de produzir cultura, técnica e conhecimentos (BRASIL, 2010, p.51).

E ainda, o Projeto Político-Pedagógico é flexível quanto a organização dos tempos e espaços formativos, privilegiando tanto a presença na escola como em trabalhos na comunidade, tendo que se realizar 2400 horas aula. Mesmo os finais de semana podem ser utilizados.

E quanto a formação continuada de professores, educadores e coordenadores pedagógicos, devem acontecer de acordo com a especificidade própria da Educação do Campo, com profissionais que se encaixe a esta realidade.

No Caderno de *Educação no Campo* das Diretrizes Curriculares do Paraná, temos também os Eixos Temáticos. O primeiro, *Trabalho: divisão social e territorial*, na qual o ponto de partida é a análise sobre as atividades humanas produtivas desenvolvidas pelos povos do campo e seu contexto social capitalista de produção na qual todos estamos inseridos. O Caderno reconhece, por exemplo, que há uma lógica da divisão social do trabalho no campo que é cultural, podendo estar centralizada na organização da família, ou nas particularidades de cada atividade produtiva, e isto deve ser levado em conta na construção do currículo.

O segundo eixo é *Cultura e identidade*. Aqui se valoriza a cultura como uma produção humana que se constrói a partir das relações do ser humano com a natureza, com o outro e consigo mesmo. E deixa para que o professor(a) possa escolher os conteúdos pertinentes para a educação no campo, de acordo com a cultura e identidade deste povo, e não apenas reproduzir algo que, por exemplo, livros didáticos queiram impor.

O terceiro eixo é *Interdependência campo-cidade, questão agrária e desenvolvimento sustentável*. Neste eixo quer ser valorizar o campo e sua ligação com a cidade, mas lhe possibilitando a fixação na terra que envolve a reflexão sobre a questão agrária, um projeto de desenvolvimento sustentável que valorize a produção e a potencialize de modo a respeitar a natureza. A Educação no Campo teria este papel.

O quarto eixo é *Organização política, movimentos sociais e cidadania*. Aqui se propõem valorizar a organização da população brasileira, na cidade ou no campo. Debater questões como reforma agrária, direitos trabalhistas, a luta dos trabalhadores rurais organizados.

E como alternativa metodológica, propõe a investigação e interdisciplinaridade como princípios pedagógicos. Entretanto, o que falta no Caderno *Educação do Campo* do Paraná, diferente do *Projeto Político-Pedagógico ProJovem Campo – Saberes da Terra*, é que o documento paranaense não propõe

conteúdos curriculares para serem ensinados para os jovens do campo. Como visto, o *ProJovem Campo* traz todos os conteúdos a serem ministrados e as disciplinas escolares apenas são para auxiliar o aprendizado destes conteúdos. Fica, então, um vazio sobre o que ensinar para a Educação no Campo no Paraná.

### **ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP NA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA PARANAENSE**

A metodologia utilizada priorizou a entrevista com pessoas chaves que poderiam dar o início ao *ProJovem* nos municípios do Vale do Ribeira, a visita às escolas estaduais e secretarias de educação municipais, e principalmente, buscar entender o porque algumas destas escolas não teriam implantado um programa, que entendo ser muito benéfico ao trabalhador jovem do campo. As escolas visitadas foram a Escola Estadual Tancredo Neves e a Secretaria Municipal, em Doutor Ulysses; a Escola Estadual Princesa Isabel e a Secretaria Municipal, em Cerro Azul; e a Escola Estadual Nossa Senhora das Graças, em Itaperuçu.

O *ProJovem Campo* no Paraná no ano de 2008 tinha a previsão de atender 1500 alunos, segundo informações da SEED (Secretaria de Estado da Educação do Paraná), para o ano de 2009. Estes números caíram para 900 devido não se conseguir alunos suficientes para matricular e enviar ao MEC. E é nesse sentido que comecei a pesquisar no Vale do Ribeira paranaense, uma região, como visto, essencialmente agrícola, e sobre quais os motivos que a levaram a não aderirem ao programa, partindo do ponto que foi pensado para os *Territórios da Cidadania*, para pessoas que sempre estiveram atreladas ao campo.

Tal pesquisa partiu do pressuposto que todos os municípios do Paraná foram notificados sobre o que é o programa e de que maneira os municípios dos *Territórios da Cidadania* poderiam disponibilizar essa oportunidade às comunidades do campo. E assim poderiam dar continuidade a sua vida rural, agora com o auxílio

de um professor técnico, com carga horária de 20h, para auxiliarem os jovens do campo no seu dia-a-dia na elaboração de um projeto de vida, que visa uma melhor organização no campo, melhoria na alimentação, possibilidade de vendas dos excedentes produzidos, gerando renda, inclusive fornecendo produtos para determinados programas do Governo Federal.

Neste sentido, foi contactado o Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Norte, responsável pelas escolas no Vale do Ribeira. Então entrevistamos o Professor Adair José Bernardino, que está a frente deste projeto, e que relatou que ocorreram sim, as reuniões com a SEED, e da necessidade de um diagnóstico nos municípios para se ver quantas turmas seriam possíveis serem abertas. E com a possibilidade de abertura de turmas, Adair descreve que entrou em contato com as secretarias municipais de Educação de todos estes municípios envolvidos, as direções dos estabelecimentos estaduais e o comitê regional.

Já em relação aos municípios do Vale do Ribeira, visitamos dois deles, escolhidos aleatoriamente, e que não disponibilizassem do programa *ProJovem Campo Saberes da Terra*. Foram escolhidos Cerro Azul e Doutor Ulysses que ficam cerca de 100 a 150 km de Curitiba. Nestas cidades procurou-se entrevistar o diretor(a) de colégios que abrigam números significativos de alunos da zona rural. E igualmente um responsável da Prefeitura destes municípios, que estivessem cientes da Educação de Jovens e Adultos.

No município de Doutor Ulysses foi entrevistada a diretora do Colégio Estadual Tancredo Neves que está localizado no centro da cidade. A diretora está a 4 anos a frente deste estabelecimento de ensino e possui 10 anos de experiência no magistério. Ela afirmou que tomou conhecimento do programa *ProJovem* através de resoluções e instruções enviadas pela SEED e via Núcleo Regional. Nos relatou ainda que um dos principais motivos da cidade não disponibilizar o programa foi a falta de demanda de alunos. Perguntamos se houve procura por parte de alguns alunos desta possibilidade de uma educação especializada para a realidade do

campo, o que ela respondeu que sim. Mas que mesmo diante da procura, ela não enviou a documentação ao Núcleo, porque segundo as mesmas instruções, o número mínimo de alunos era de 25 para se abrir uma turma, número não atingido, segundo ela.

Já em relação ao responsável da Prefeitura de Doutor Ulysses pelo EJA Fase 1<sup>6</sup>, conversamos com o senhor Vanderlei Leme da Silva, que nos afirmou que anualmente se formam em média quatro alunos, mas que o município não possui EJA Fase 2 e muito menos um programa voltado a jovens do campo, apesar da realidade do município ser quase que 100% de caráter rural.

Diante disto, então, o que faltou a este município, para que um programa de educação do campo, tão relevante a realidade deles, realmente se concretizasse? Falha da diretora e do secretário municipal? Falha do Núcleo de Educação? Os jovens do campo não possuem interesse no programa?

As mesmas questões foram levantadas no Colégio Estadual Princesa Isabel, em Cerro Azul, que atende aproximadamente 80% dos alunos deste município, e que a educação do campo *ProJovem*, também não aconteceu. Mas, a grande maioria dos seus alunos provém do campo. A diretora com quem conversamos foi a professora Fabiana de Cássia Rosa Bichels, que está a cinco anos nesta função. Em relação ao *ProJovem* ela disse que esse programa foi enviado para sua escola, porém, no período de recesso escolar, de férias, em julho de 2009, e as inscrições encerrariam na mesma época. A divulgação foi feita na comunidade central, e até que algumas inscrições foram feitas, porém, não atendendo aos requisitos básicos que eram alguns produtores rurais. Então o número de inscritos foi insuficiente para dar início às atividades. Mas ela acredita que o programa apenas não aconteceu pela falta de tempo hábil para uma melhor divulgação, afinal, muitos de seus alunos são oriundos da zona rural.

---

<sup>6</sup> EJA Fase 1 é um programa dos municípios para atender alunos oriundos do Paraná Alfabetizado possibilitando a eles a conclusão das seguintes séries, 1ª a 4ª, posteriormente esses alunos deveriam ingressar no EJA Fase 2, ou para os municípios agrícolas, a possibilidade do ProJovem.

Também conversamos com a coordenadora do EJA Fase 1, Adriana Bestel Teilo, a qual afirmou que o município tem sim demanda para o programa, só que, ela não possuía qualquer tipo de informação sobre o *ProJovem Campo, Saberes da Terra*.

As mesmas questões cabem, também, ao município de Cerro Azul, sobre o porque não aconteceu o *ProJovem*?

Enfim, dois municípios paranaenses com as características específicas para se implantar um programa voltado para as comunidades do campo, e ambos não acontecem por motivo de prazo. Seria isto justo? O que a Secretaria de Educação do Paraná poderia rever para estes casos? Acreditamos que um programa relevante como este deve ser prioridade, independente do tempo hábil, das inscrições etc. O programa deveria ter acontecido, apesar dos problemas que impediram sua realização.

Estas mesmas questões, de tempo, de inscrição, de perfil dos alunos, não foi determinante para o caso de um outro município na qual o *ProJovem* hoje está acontecendo. É o município de Itaperuçu, que desde outubro de 2009 a escola mobilizou a comunidade rural para se matricular no *programa*, fez as matrículas, e posteriormente resolveu as pendências legais para sua institucionalização. A secretária nos relatou que na época enviou um número inferior de alunos inscritos ao mínimo solicitado nas instruções, mas que, entrando em contato com o Núcleo, este aconselhou a enviar os documentos dos alunos que tinham no momento. E em relação ao período de inscrições a mesma secretária relatou que foi longo, o problema é que muitas vezes se deixa para a última hora para se realizar as tarefas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações colhidas, algumas considerações podem ser feitas. A primeira é que o programa *ProJovem Campo* não foi divulgado amplamente

ou adequadamente nas cidades de Doutor Ulysses e Cerro Azul. As instruções e resoluções enviadas via Núcleo Regional aconteceram, mas faltou os diretores pegarem o telefone e entrarem em contato com o Núcleo ou com a SEED, para buscarem informações sobre o programa como ocorreu em Itaperuçu, como um exemplo a parte, ou seja, as mesmas informações foram enviadas a todos os municípios do Vale do Ribeira, e em Itaperuçu, o *ProJovem* está funcionando em uma escola rural, no Colégio Estadual Nossa Senhora das Graças, a 25km da sede do mesmo município e a quase 50km do Núcleo Regional de Educação, da Área Metropolitana Norte.

Conhecendo pessoalmente a realidade destes dois municípios que não instituíram o *ProJovem*, percebemos que programas relevantes a eles, em especial este que se refere a educação no campo, deveriam ser tratados de maneira diferenciada pelas pessoas que as representam, seja na direção do colégio estadual, seja em órgãos da secretarias municipais de educação. Afinal, são oportunidades específicas para as suas localidades que não foram aproveitadas.

Mas, a Secretaria de Educação do Paraná também deveria, como dito, aplicá-lo independentemente dos problemas que aconteceram. Infelizmente, municípios de caráter rural acabaram sendo prejudicados, em especial os jovens alunos e alunas do campo, que mais poderiam se beneficiar destas atividades educacionais próprias ao ambiente rural.

Uma segunda consideração, e mais decepcionante, é observar que pessoas que conhecem a realidade local de seus municípios se mostraram indiferentes ao Programa *ProJovem*. Não por culpa deles, talvez, mas porque ainda existe no Brasil uma certa apatia quanto ao se exigir os direitos de cidadãos próprio de Estado democrático. E quando o poder instituído oferece uma educação de qualidade específica, próprio de lutas de setores organizados, por vezes não se aproveita a oportunidade, quando não se está igualmente desorganizado.

Enfim, tais problemas impossibilitaram a implementação de um programa que de fato se mostra preocupado com as pessoas do campo, que é um avanço em termos de educação para o campo, conquistada arduamente, como visto, por movimentos sociais, por lutas em prol de uma educação diferenciada a este jovem por pensar e propor um projeto político pedagógico próprio para a sua realidade.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G., CALDART, Roseli S., CASTAGNA, Mônica. (org.). **Por uma Educação do Campo**. 4ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BRASIL. **Projeto Político Pedagógico. ProJovem Campo – Saberes da Terra**. Programa Nacional de Educação de Jovens Integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores(as) familiares. Brasília, DF, Ministérios da Educação, 2010.

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. *In*: ARROYO, Miguel G., CALDART, Roseli S., CASTAGNA, Mônica. (org.). **Por uma Educação do Campo**. 4ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2ªed. São Paulo: Hucitec, 1999.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Curitiba, 2010.

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da Lei de 1850**. 2ªed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

## SITES

Territórios da Cidadania

<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>

ProJovem Campo Saberes da Terra



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Paraná  
Setor Litoral



[http://portal.mec.gov.br/index.php?id=12306&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?id=12306&option=com_content&view=article)

[Anexos: Entrevistas](#)

## PARECER DESCRITIVO

**Marcelo Fitz**

Não vou sair do campo  
Pra poder ir para escola  
Educação do Campo  
É direito e não esmola  
(Gilvan Santos – Poeta popular do campo).

O educando-educador desenvolveu seu trabalho de conclusão de curso estudando o processo de implementação do Programa Projovem Campo - Saberes da Terra na região do vale do ribeira no Estado do Paraná, região em que atua como educador militante.

No processo de orientação o Marcelo sempre esteve pronta a atender as solicitações dadas, demonstrando preocupação e compromisso com o trabalho. Participou do momento de orientação na última etapa do curso e fez um processo crescente em seu estudo, demonstrando aprendizado.

O orientando escolheu uma questão de pesquisa pertinente no debate da Educação do Campo, olhar para o processo de implementação das políticas públicas, de estado e de governo na educação do campo e na escola pública, para desde então produzir contribuições. Neste sentido apresentou adequadamente os sujeitos da experiência e a realidade em que atua, demonstrando envolvimento com a experiência analisada. O trabalho traz contribuições mas poderia ter produzido maior profundidade na análise, pois o educando tem essa capacidade e condição. Faltou quem sabe um maior aproveitamento dos estudos realizados no próprio curso de especialização, os texto lá estudados, os conceitos estudados no conjunto do curso, em especial o entorno da Educação do Campo, presente nos textos recebidos e trabalhados em cada módulo e nos estudos. Fica o desafio para uma futura pesquisa.

Caminhamos e de forma agradável construímos o trabalho. Parabéns ao novo **Especialista em Educação do Campo** pelo percorrido, ficando o desafio de seguir caminhando em novas investigações para qualificação da sua prática e militância, cumprindo a função de todo educador, estudar sempre.

Marcos Gehrke